

# ICMBio

Edição 595 – Ano 13 – 16 de abril de 2021

*em foco*

## **ICMBio inicia prevenção de incêndios nas Unidades de Conservação**

**Mais de mil cavernas são registradas em 2020**

**Primeiras audiências de conciliação resultam em benefícios para UCs em São Paulo**





## Filhote de Peixe-boi é resgatado no Amazonas

Uma ação conjunta entre o Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Maués, no Amazonas, o Comando de Policiamento Ambiental da Polícia Militar do Amazonas (CPAMB), o Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas (ICET/UFAM), foi responsável pelo resgate de um filhote de peixe-boi-amazônico (*Trichechus inunguis*), no dia 20 de março.

O mamífero aquático foi encontrado por comunitários da Comunidade São Paulo do Arari, próximo ao município de Itacoatirara, que fica aproximadamente a 270km de Manaus. O morador Kailton Galvão procurou a chefe do NGI Maués, Keuris Kelly da Silva, que iniciou as tratativas para resgatar o sirênio, que é classificado pelo **Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção** como Vulnerável.

O NGI contactou a pesquisadora Vera Silva, líder do Laboratório de Mamíferos Aquáticos (LMA), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), referência na espécie ameaçada, e que atua com reabilitação e reintrodução de peixes-boi na natureza, para receber o animal nas dependências do Instituto.

Keuris contou com o apoio da professora Samantha Aquino, do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia (Icet/Ufam), para a guarda do animal até a chegada da guarnição da

polícia ambiental, que veio de Manaus, acionado pelo Inpa.

Os peixes-bois-da-amazônia pertencem a uma ordem chamada de sirênios, que engloba peixes-bois-marinhos (presentes no Brasil), peixes-bois-africanos e dugongos. Mamíferos aquáticos de natureza gentil, eles são ameaçados pela pesca (sua carne é iguaria culinária) e captura acidental, além da poluição e degradação de habitat.



Animal foi encontrado em comunidade perto do município de Itacoatirara, no Amazonas

Arquivo: NGI Maués



Gruta do Castelo, na Chapada Diamantina (BA), segundo estado com maior número de cavernas

Jocy Cruz

## Mais de mil cavernas são cadastradas no Brasil em 2020

Em 2020, foram cadastradas 1.349 novas cavernas no Cadastro Nacional de Informações Espeológicas (Canie). É o que revela o Anuário Estatístico do Patrimônio Espeológico Brasileiro de 2020, publicado pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (Cecav) e que pode ser acessado [aqui](#). O número de cavernas cadastradas em 2020 é superior à média dos últimos 12 anos (1.268).

Essas cavernas já eram conhecidas, por prospecção anterior. No entanto, é necessário que elas sejam registradas no Canie para serem oficialmente reconhecidas e assim serem protegidas.

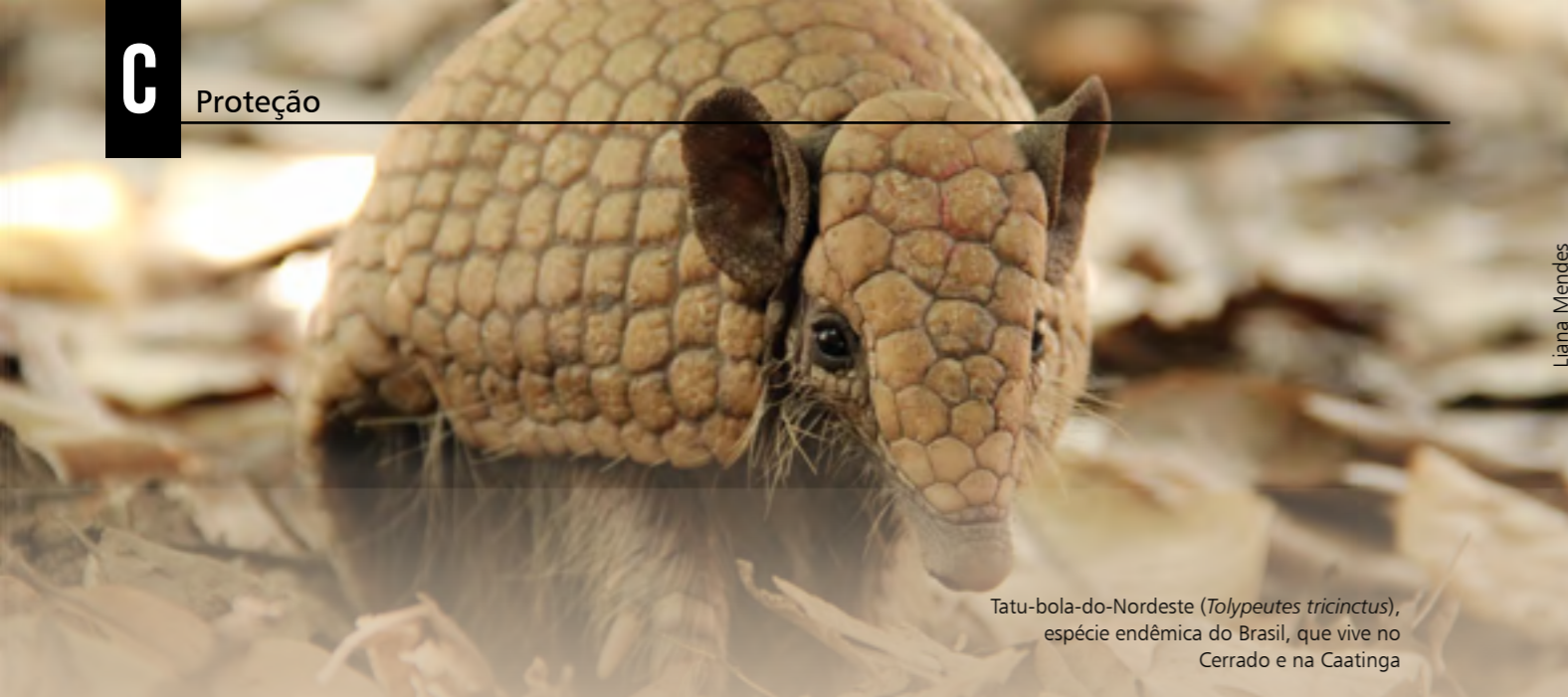
Minas Gerais é o estado com mais cavernas cadastradas (9.765), o que corresponde

a 45,41% das 21.505 cadastradas no Canie. O Pará ocupa a segunda posição (2.743), seguido por Bahia (1.694) e Rio Grande do Norte (1.284).

Além disso, o documento aponta que 9.997 (46,49%) das cavernas conhecidas no Brasil encontram-se no Cerrado, enquanto que o Pampa e Pantanal abrigam menos 1% delas, com 37 e 12 cavernas, respectivamente.

Em relação às cavernas inseridas dentro das unidades de conservação, os dados mostram que apenas 236 delas (8,85%) abrigam 34% das cavernas registradas no Canie (7.284). Dessas 56% delas (4.081) encontram-se em unidades de uso sustentável e 44% de proteção integral (3.203).





Tatu-bola-do-Nordeste (*Tolypeutes tricinctus*), espécie endêmica do Brasil, que vive no Cerrado e na Caatinga

Liana Mendes

## Tatu-bola é incorporado ao PAN do Tamanduá-bandeira e tatu-canastra

Os tatus-bola (*Tolypeutes tricinctus* e *Tolypeutes matacu*) foram incluídos no **Plano de Ação Nacional (PAN) do Tamanduá-bandeira e do tatu-canastra (PAN TATA)**. A decisão foi tomada no dia 11 de março durante a Oficina de Incorporação dos Tatus-bola promovida pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB), responsável pela coordenação do PAN, e foi proposta pelo Grupo de Assessoramento Técnico (GAT) após discussões no ano passado. Com isso, o animal foi incluso em 21 das trinta ações do PAN TATA, além de receber três ações específicas.

Os tatus-bola são os menores e menos conhecidos tatus do Brasil. O tatu-bola-do-Nordeste (*Tolypeutes tricinctus*) é endêmico ao Brasil e vive predominantemente na Caatinga e em algumas áreas do Cerrado, sofrendo um alto grau de ameaça devido principalmente à caça e à destruição do seu hábitat. Atualmente, a espécie está categorizada no **Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção** como “Em Perigo”. Já o tatu-bola-do-Centro-Oeste (*Tolypeutes matacus*) ocorre no Pantanal e algumas áreas de Cerrado, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas a maior parte de sua distribuição está na Bolívia, Argentina e Paraguai. Pouco se sabe sobre a espécie no Brasil, não sendo possível avaliar adequadamente o seu estado de conservação, apesar das constantes pressões nos ambientes

onde habita, sendo categorizada como “Dados Insuficientes” e sendo incluída como espécie beneficiada no PAN.

Diante deste cenário, em maio de 2014, foi elaborado o Plano de Ação Nacional para a Conservação do Tatu-bola. Foram estabelecidas 38 ações para atingir seis objetivos específicos, que visavam alcançar o objetivo geral de reduzir o risco de extinção de *Tolypeutes tricinctus* para a categoria “Vulnerável” e avaliar adequadamente o estado de conservação de *Tolypeutes matacus*. Após cinco anos de implementação, em outubro de 2019 foi realizada a Oficina de Avaliação Final do PAN, sendo acordado que no 2º Ciclo, as duas espécies seriam incorporadas pelo recém-elaborado Plano de Ação Nacional para a Conservação do Tamanduá-bandeira e Tatu-canastra, tendo em vista que muitos atores são compartilhados entre os dois PANs.

O Coordenador do PAN TATA, Eduardo Marques, avalia que este movimento de inclusão das espécies de tatu-bola era extremamente necessário, uma vez que a espécie teve seu Plano de Ação encerrado em 2019. Desta forma, todas as espécies ameaçadas dos Xenarthra (preguiças, tatus e tamanduás) passam a contar com Planos de Ação, política pública fundamental para catalisar processos, recursos financeiros e esforços em prol da conservação deste grupo taxonômico.

## ICMBio inicia prevenção de incêndios nas Unidades de Conservação

A temporada de seca mais intensa se concentra entre os meses de agosto e setembro, mas as unidades de conservação em todo o país já começaram com as ações preventivas contra os incêndios. Em março, as brigadas dos Parques Nacionais (Parna) de Brasília, no Distrito Federal; Serra da Canastra, em Minas Gerais e Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso, iniciaram os primeiros trabalhos de queima controlada, com o objetivo de diminuir o material orgânico acumulado na vegetação, e assim, reduzir a severidade de um possível incêndio nos meses da seca.

O método faz parte do programa Manejo Integrado do Fogo (MIF) e é usado para queimar todo o combustível orgânico, como a vegetação seca, que poderia contribuir para incêndios de grandes proporções durante o período de extrema estiagem.

As operações são feitas sempre no fim do período chuvoso, e por brigadistas que utilizam equipamentos específicos para direcionar o fogo em pequenos focos controlados no terreno. Para o controle, é utilizado equipamento especializado, como abafadores, turbosopros e bombas

costais. Ao fim do dia, o caminhão-pipa percorre novamente toda a área para eliminar focos ainda existentes.

Além da realização de queimas prescritas pela UC, estão previstas ações de queimas controladas (realizadas por moradores das UCs e adjacências, nas quais o ICMBio emite autorização e gestão de uso), rondas preventivas, construção e manutenção de aceiros, atividades de Integração Comunitária relacionadas ao fogo, atividades de educação ambiental e apoio a pesquisas científicas em mais de cem unidades de conservação em diversos biomas.

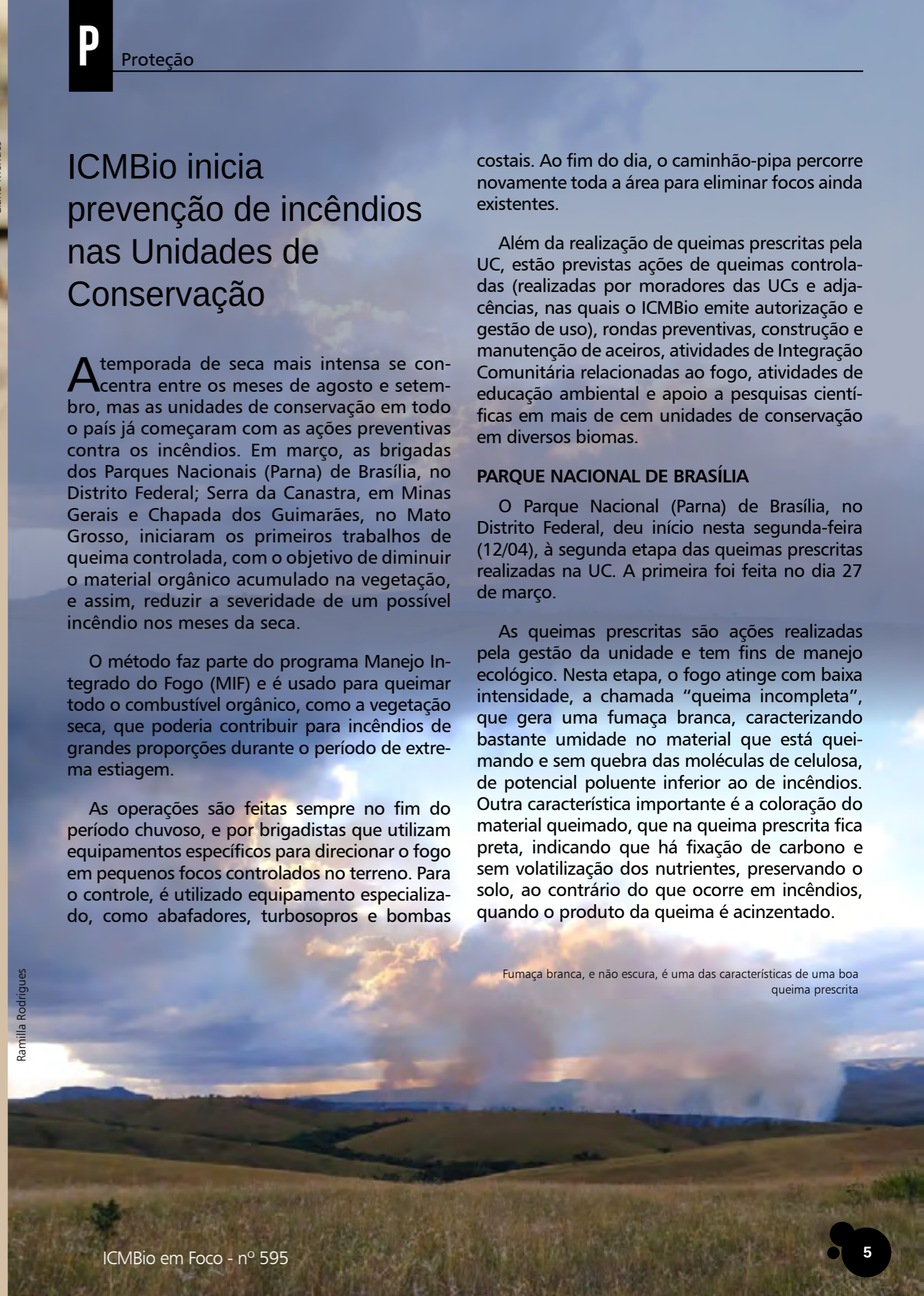
### PARQUE NACIONAL DE BRASÍLIA

O Parque Nacional (Parna) de Brasília, no Distrito Federal, deu início nesta segunda-feira (12/04), à segunda etapa das queimas prescritas realizadas na UC. A primeira foi feita no dia 27 de março.

As queimas prescritas são ações realizadas pela gestão da unidade e tem fins de manejo ecológico. Nesta etapa, o fogo atinge com baixa intensidade, a chamada “queima incompleta”, que gera uma fumaça branca, caracterizando bastante umidade no material que está queimando e sem quebra das moléculas de celulosa, de potencial poluente inferior ao de incêndios. Outra característica importante é a coloração do material queimado, que na queima prescrita fica preta, indicando que há fixação de carbono e sem volatilização dos nutrientes, preservando o solo, ao contrário do que ocorre em incêndios, quando o produto da queima é acinzentado.

Fumaça branca, e não escura, é uma das características de uma boa queima prescrita

Ramilla Rodrigues





## Primeiras audiências de conciliação resultam em benefícios para unidades de conservação em São Paulo

As audiências de conciliação promovidas pelo Núcleo de Conciliação Ambiental (Nucam) já renderam seus primeiros frutos. No Nucam de São Paulo, uma conciliação relativa a um auto lavrado por pesca ilegal dentro do Refúgio de Vida Silvestre (Revis) do Arquipélago de Alcatrazes, unidade de proteção integral onde a atividade é proibida, resultou no aporte de 42 mil reais para um projeto da Coordenação de Prevenção e Combate a Incêndios (Coin/CGPRO/Diman). A Estação Ecológica (Esec) Mico-Preto e a Floresta Nacional (Flona) de Ipanema, ambas em São Paulo, serão as beneficiadas com insumos acordados no projeto da Coin em até sessenta dias.

O projeto de conversão beneficiado denomina-se "Fogo e conservação ambiental", cujo objetivo é ampliar a capacidade operacional de todas as unidades de conservação federais no seu manejo integrado do fogo (MIF), suprindo-as com equipamentos e ferramentas para a prevenção e combate a incêndios florestais. A conversão de multas é coordenada pela Coordenação de Gestão de Projetos e Parcerias (Cogep), que irá viabilizar também outros projetos de conversão, de autoria das próprias unidades de conservação e núcleos de gestão integrada. Nesta modalidade de conversão, a "direta", o autuado entregará diretamente à UC os produtos e serviços elencados em cada projeto, segundo cronograma pré-estabelecido.

A modalidade "indireta", no ICMBio, ainda depende de normatização pelo Ministério do Meio Ambiente. Na conversão indireta será possível o depósito do montante da multa convertida em



Floresta Nacional de Ipanema, em São Paulo, será uma das UCs beneficiadas com a conversão das multas

um Fundo, que destinará recursos a projetos pré-aprovados a serem executados por outras pessoas jurídicas, preferencialmente no estado e/ou bioma afetados pela infração.

De acordo com Brunno Kuhn Neto, analista ambiental do ICMBio e um dos conciliadores da audiência, a conversão do valor de multas diretamente para a melhoria do meio ambiente é um anseio da sociedade

e as conciliações têm potencial de desonerar o serviço público da necessidade de levar a julgamento processos administrativos.

"Com o início das conciliações ambientais propiciamos um ambiente destinado ao diálogo com o cidadão autuado, passando informações relativas à infração ambiental e as possibilidades para o encerramento do processo administrativo", diz o coordenador geral de Proteção, Diego

Rodrigues. Dentre as soluções, ele destaca a conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e reparação da qualidade do meio ambiente, um grande anseio de quem trabalha na agenda ambiental, pois traz a possibilidade de apoiar e estruturar diretamente as unidades de conservação, suprindo-as com serviços, materiais e equipamentos.

### NUCAM

A Conciliação Ambiental é uma novidade no processo sancionador ambiental, inspirada na experiência da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo. A Conciliação visa trazer celeridade, pois ao autuado são oferecidas alternativas de encerramento do Processo do Auto de Infração no que se refere à multa, bem como proporcionar sua conversão em bens e serviços destinados à conservação, recuperação e melhoria ambiental.

As alternativas são o pagamento à vista com desconto de 30%, o parcelamento com desconto de 30% (porém com incidência de correção e taxa Selic), e a conversão de multas, que na fase da Conciliação pode chegar a 60% de desconto (Dec. no 6.514 de 2008, Art. 143, § 2º, Inciso I, após a alteração do Dec. no 9.760).

O Nucam é um instrumento transversal que envolve, diretamente, o ICMBio e o Ibama. Os servidores do ICMBio presidem as audiências dos autos do Ibama e vice-versa. Diante destes desafios e da pandemia, as primeiras audiências de conciliação, eletrônicas e presenciais, têm acontecido, para autos de infração do ICMBio e do Ibama.

O Nucam se divide na EAP, Equipe de Análise Preliminar, com sede em Brasília (DF), e nas Ecacs, Equipes de Condução de Audiências de Conciliação, com sede em Brasília, nas capitais dos estados e em Santarém (PA). A EAP analisa a conformidade do valor da multa e outras questões, para todos os autos lavrados a partir de outubro de 2019, e as Ecacs conduzem as conciliações e algumas etapas da instrução dos processos.



## Operação Mazama combate pesca ilegal no Parque Nacional do Iguaçu

Com a finalidade de combater a pesca ilegal no Parque Nacional (Parna) do Iguaçu, no Paraná, agentes de fiscalização deflagraram a Operação Mazama, realizada na última semana de março, pouco antes da Semana Santa, período no qual aumenta a demanda por pescado e constitui grande pressão para a UC.

Além da pesca, os agentes buscaram a coibição da caça e captura de animais silvestres e da extração de palmito no interior da UC e nas áreas de influência, abrangendo os municípios

de Lindoeste, Capitão Leonidas Marques e Capanema, todos no Paraná.

Em dois dias de operação, os fiscais localizaram e apreenderam 28 redes de pesca, (de diversas malhas incluindo o tipo feiticeira), que totalizaram quase mil metros de rede, sendo ainda destruídas embarcações clandestinas (utilizadas para o acesso ao Parque Nacional do Iguaçu). Na mesma ação foram também localizadas e destruídas 8 armadilhas para captura de capivara, na margem do rio Iguaçu.

Esta foi a quarta operação realizada no ano apresenta a continuidade de uma série de atividades que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos últimos anos na região, com o fortalecimento das ações de proteção da biodiversidade e na prevenção contra o uso indevido dos recursos naturais, assegurando ainda a presença institucional na região.

Fiscais recolhem redes que seriam usadas para pesca (Moradores recebem cestas básicas)



Acervo Parna do Iguaçu

## Ação conjunta promove solidariedade para comunitários no Acre

Para diminuir a vulnerabilidade das comunidades tradicionais, atingidas pelos efeitos da pandemia de Covid-19 e mais recentemente, pelas cheias dos rios e igarapés, o Núcleo de Gestão Integrada (NGI) Sena Madureira, no Acre, em parceria com Ministério Público do Estado do Acre (MPAC) e a empresa Energisa Acre, viabilizaram a distribuição de trinta cestas básicas para comunidades nas Florestas Nacionais (Flona) de São Francisco e Macauá, ambas no Acre.

As cestas foram arrecadas pela ação SOS Acre, promovida pelo MPAC, em parceria com o Tribunal de Justiça do estado.

Trinta famílias vivem nas duas UCs. A situação da pandemia foi agravada com as cheias que atingiram a região há pouco tempo, especialmente pelo fato de os chefes dessas famílias serem de idade avançada, portanto, pertencerem aos grupos de risco. Além disso, a zona urbana mais próxima fica a dois dias de barco (transporte fluvial do tipo batelão), o que inviabilizou o comércio dos principais produtos da comunidade, que sobrevive à base da agricultura familiar e do extrativismo das seringueiras. As cheias prejudicaram bastante o roçado e afetaram não só o excedente produzido, como também a própria segurança alimentar dos moradores.

Moradores recebem cestas básicas



Kamilla Rodrigues

Acervo NGI Maués

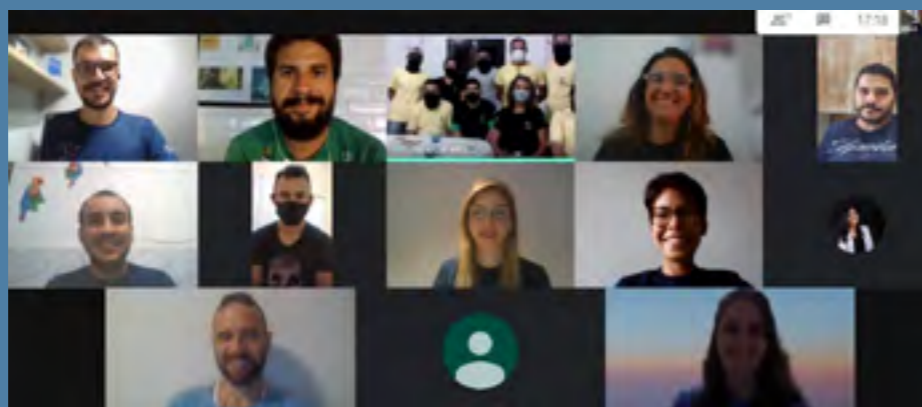


## Servidores do Parna Jericoacora são capacitados para atendimento emergencial da megafauna marinha

Servidores, brigadistas e terceirizados do Parque Nacional (Parna) Jericoacora, no Ceará, participaram de uma capacitação promovida pelo Centro de Estudos e Monitoramento Ambiental (Cemam) e Projeto Cetáceos da Costa Branca da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PCCB/Uern). O objetivo da capacitação é prestar atendimento emergencial à megafauna marinha, como tartarugas, aves, cetáceos (baleias, golfinhos) e sirênios (peixes-bois).

Foram abordados temas, como reconhecimento das principais características biológicas de tartarugas marinhas, baleias, golfinhos e peixes-bois; diferenciação dos principais grupos taxonômicos de mamíferos marinhos, quelônios e aves; e procedimentos em casos de encalhes de animais vivos ou mortos.

Em fevereiro, o Parque costuma registrar algumas ocorrências de ninhos de tartaruga. Embora a unidade não seja uma área prioritária de



desova - por não apresentar grandes números de registros de ninhos - as praias do parque Nacional de Jericoacoara recebem a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), classificada como criticamente em perigo no **Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção**, e já houve tentativa de desova da tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*), interrompida pelo trânsito de veículos na área que acabou por afugentar o animal. Os encalhes são, majoritariamente, de tartaruga-verde (*Chelonia mydas*) que se alimenta próximo a costa. Ademais, golfinhos já foram socorridos pela equipe do parque, em parceria com moradores locais e equipe especializada.

Conselheiros conhecem Projeto que visa sustentabilidade no Parna da Furna Feia

#INTEGRIDADESOMOSTODOSNÓS

## Campanha do mês de abril destaca conflitos de interesses

A Controladoria-Geral da União (CGU) iniciou campanhas com o objetivo de aprimorar os programas de integridade pública e promover a cultura de integridade dentro dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, em busca da construção de ambientes cada vez mais íntegros na administração pública. O apoio às demais instituições públicas se deve ao fato de que o **Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017**, determina que os órgãos e entidades federais criem seus programas de integridade.

O Programa de Integridade (Integra+), do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), é um conjunto estruturado de medidas com o objetivo de promover ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção. O instrumento visa a ética, a transparência e a credibilidade da instituição, faz parte da Política de Gestão de Riscos e Integridade do ICMBio (PGRI-ICMBio) e foi estruturado com base nas recomendações da Organização

para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre integridade pública.

Nesta missão, Sede, Centros, Gerências Regionais, Unidades de Conservação Federais e Bases estão empenhadas para, juntas, fazerem do ICMBio uma instituição ainda melhor!

Segundo a auditora do ICMBio, Patrícia Álvares, quanto mais transparente for a política, com exposição dos seus pilares, informando sobre seus objetivos, como a construção de um ambiente mais íntegro, o reforço de que o interesse público deve prevalecer sobre o privado, a ampliação das ações de ouvidoria e as ações de accountability, por exemplo, mais confiança a sociedade terá na autarquia e no trabalho realizado por seus colaboradores.

Neste mês de abril, o tema em destaque para conscientização é o **Conflito de interesses**. Gerado por um confronto entre interesses públicos e privados, o conflito de interesses pode comprometer o coletivo ou influenciar, de maneira imprópria, o desempenho da função pública.

A campanha #INTEGRIDADESOMOSTODOSNÓS foi lançada pela CGU em setembro de 2020 e já abordou temas como **Integridade Pública**, **Assédio Moral e Sexual** e **Responsabilização de Agentes Públicos e Pessoas Jurídicas**.

**DENÚNCIAS PODEM SER REGISTRADAS ANONIMAMENTE POR MEIO DOS SEGUINTE CANAIS:**

Fala-Br  
E-mail: [ouvidoria@icmbio.gov.br](mailto:ouvidoria@icmbio.gov.br)  
Telefone (voip): 9526

Acesse o portal e encontre as principais informações sobre o Integra+ e outras ações de integridade no Governo Federal.



# RECRUTAMENTO PARA REMOÇÃO

## RESERVA EXTRATIVISTA TAPAJÓS-ARAPIUNS

Vagas: 04

Prazo para Inscrições: Até 25/04/2021

Edital: [clique aqui](#)

## FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS E FLORESTA NACIONAL DE MULATA

Vagas: 06 (Distribuídas entre as unidades)

Prazo para Inscrições: Até 25/04/2021

Edital: Clique [aqui](#)

## NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA TROMBETAS

Vagas: 06

Prazo para Inscrições: Até 08/05/2021

Edital: [clique aqui](#)





## **ICMBio em Foco**

Revista eletrônica

### **Edição**

Ramilla Rodrigues

### **Projeto Gráfico**

DCOM

### **Diagramação**

Marília Ferreira

### **Revisão de Texto**

Tawana Costa

### **Chefe da Divisão de Comunicação**

Tawana Costa

### **Foto da Capa**

Luiz Gustavo Gonçalves

### **Colaboraram nesta edição**

Cibele Munhoz – Parna do Iguaçu; Christian Dietrich – NGI Trombetas; Equipe CPB; Katia Carneiro – Parna de Jericoacora; Lorene Lima – Cecav; Naiara Silva – NGI Sena Madureira; Roberta Graf – CGPRO;

### **Divisão de Comunicação – DCOM**

#### **Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio**

Complexo Administrativo Sudoeste – EQSW 103/104 – Bloco C – 1º andar

CEP: 70670-350 – Brasília/DF | Fone +55 (61) 2028-9280

[comunicacao@icmbio.gov.br](mailto:comunicacao@icmbio.gov.br) | [www.icmbio.gov.br](http://www.icmbio.gov.br)



MINISTÉRIO DO  
MEIO AMBIENTE



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL